

# **DICIONÁRIO DE HISTÓRIA EMPRESARIAL PORTUGUESA**

**Séculos XIX e XX**

VOLUME II  
**SEGURADORAS**

COORDENAÇÃO  
**Miguel Figueira de Faria**  
**José Amado Mendes**

  
UNIVERSIDADE  
AUTÓNOMA  
DE LISBOA

  
IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA

em 1918 foi bastante feliz. [...] O saldo do balanço foi de 62 contos, a que foi dada a seguinte distribuição: 25 contos para dividendo de 25 % para cada acção, 20 contos para o fundo de reserva e o restante para fazer face ao pagamento de contribuições e outros encargos.» Na década seguinte, para fazer face às dificuldades conjunturais e à nova legislação regulamentadora da atividade seguradora, a Douro, então especializada em seguros marítimos, preconiza a formação de uma companhia de maior dimensão e eficácia na cidade do Porto, iniciando para isso o processo de fusão com as suas companhias vizinhas, algumas da mesma rua. Esse processo culminou em 1925 na fusão da Douro com a Segurança \* (1835), a Indemnizadora \* (1871) e a Confiança Portuense \* (1875), dando origem a uma nova companhia, aprovada por Portaria de 14 de novembro e constituída por escritura de 2 de dezembro, com denominação social de Companhia de Seguros Douro.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

ALVES, Fernandes, «A emergência de seguradoras r Porto de oitocentos — I», *O Tripeiro*, Porto, Associação Comercial do Porto, 7.ª série, ano XVIII, n.º 9 (1999), pp. 270-276; BRITO, Francisco Camacho de (ed.), *Anuário de Seguros: Divulgação e Propaganda*, 1940, Beja, F. C. Brito, 1940, p. 43; BRITO, Francisco Camacho de (ed.), *Anuário de Seguros: Divulgação e Propaganda*, 1943, Beja, F. C. Brito, 1943, pp. 29-33; MARANHÃO, Fr. Francisco dos Prazeres, e BRANCO, Manoel Bernardes, *Diccionario Geographico Abreviado de Portugal e Suas Possessões Ultramarinas*, Porto, Casa de Viúva More — Editora, 1862, p. 186; «Os seguros no Porto da Idade Média aos nossos dias?», *Égide: Revista do Instituto Nacional de Seguros*, Lisboa, INS, ano II, n.º (abril de 1982), pp. 8-11; Portaria n.º 727, do Ministério das Finanças, de 31 de julho de 1916, in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 151, de 31 de julho de 1916, p. 2; REIS, Artur, *Seguradoras Nacionais: Apontamentos, Seguradoras, Filiações, Documentos*, Lisboa, Fidelidade, 2000, pp. 36-37, 46; RIBEIRO, Luciano, *O Seguro Através do Tempo*, [s. l., s. n.], 1951, separata da revista *Seguros*, ano XIII, n.ºs 54/55, p. 15; SOUSA, Fernando de, e ALVES, Jorge Fernandes, *Aliança UAP: Uma História de Seguros*, Porto, Aliança UAP, 1995, pp. 75-76.

## PÁTRIA (A), COMPANHIA DE SEGUROS (1915-1980)

Inicialmente denominada Sociedade Alentejana de Seguros, A Pátria foi fundada a 27 de novembro de 1915, com sede em Évora, com um capital social de 500 contos, divididos em 1000 ações nominais para «efectuar seguros contra fogo, risco marítimo e em geral contra riscos de qualquer espécie e natureza». Desde logo, a sociedade definiu-se como «filha de lavradores», que «visava sobretudo bem servir a lavoura» e tentou, através de negociações com outras companhias seguradoras, centralizar o seguro agrícola em Évora. Não o conseguiu e rejeitou integrar o consórcio que se formou na

altura, entre 13 companhias, para explorar esse ramo. O capital foi integralmente subscrito e em menos de um ano por cerca de oito centenas de indivíduos, um grupo composto na maior parte por lavradores, grandes proprietários fundiários, comerciantes e industriais da região alentejana. Seria este, afinal, o universo social que a sociedade se propunha servir. À frente dos seus órgãos sociais encontramos capitalistas, grandes lavradores e comerciantes que integravam a elite eborense. Por esta via, as ligações aos bancos da cidade eram fortes. Até 1921, a Companhia operou apenas com 50 contos de capi